



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
/ /2007

Proposição  
Medida Provisória nº 386/2007

1 ☐ Supressiva      2. ☐ Substitutiva      3. ☐ Modificativa      4. ☒ Aditiva      5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o Anexo I à Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007:

“ANEXO I

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS				
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º JAN 2007	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
-Procurador da Fazenda Nacional	ESPECIAL	11.850,00	12.900,42	16.683,98	19.053,57	19.699,82
-Advogado da União	PRIMEIRA	10.900,00	11.746,95	15.201,90	17.006,29	17.498,40
-Procurador Federal	SEGUNDA	9.500,00	10.497,56	13.005,53	14.549,53	14.970,60
-Procurador do Banco Central						
-Defensor Público da União						

”

JUSTIFICAÇÃO

Em duas oportunidades o atual Governo comprometeu-se com os Advogados Públicos Federais, integrantes das carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central, além dos Defensores Públicos da União, em recompor a remuneração por subsídio, para simetria gradual com os membros do Ministério Público da União – todos integrantes, na Constituição Federal, das Funções Essenciais à Justiça.

A última dessas iniciativas, acordada no âmbito do Governo, com o Advogado-Geral da União, em maio deste ano, reconhecia a titularidade dos honorários advocatícios para os Advogados Públicos nas causas vencidas na Justiça. Seria uma forma de suplementar o subsídio com verba própria havida pelos Advogados Públicos, conforme estabelecido no ESTATUTO DA ADVOCACIA e reconhecido, publicamente, pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A iniciativa foi anunciada às Entidades de Classe da Área Jurídica para publicação da mesma data da Medida Provisória da Carreira Policial Federal, eis que originalmente as Carreiras Jurídicas e a Carreira Policial tiveram os seus subsídios publicados na mesma Medida Provisória de nº 305/2006 (Lei nº 11.358, de 19 de Outubro de 2006).

As Carreiras que compõem as Funções Essenciais à Justiça, como é pleno conhecimento desta Casa, vêm perdendo cerca de 30% de seus quadros mais qualificados a cada realização de Concurso Público para outras carreiras mais atrativas que atuam no Judiciário Brasileiro.

O que não se pode permitir, em nenhuma hipótese, é que os Advogados do Estado Brasileiro venham a perceber remuneração abaixo de qualquer outra Carreira do Serviço Público, como passa a ocorrer com a a edição desta Medida Provisória.

A presente proposta em síntese, visa a equiparar, emergencialmente, as duas tabelas de subsídio para que os Advogados Públicos não passem a ganhar remuneração inferior àquela percebida pelos Delegados/Peritos da Polícia Federal.

A correção da atual tabela de subsídio dos Advogados Públicos representará relativo impacto orçamentário, em comparação com a tabela do subsídio da Polícia Federal, eis que a diferença de valores a serem corrigidos representará, em média 25%, sendo que, o contingente de Policiais Federais é de 17.000, e o de Advogados e Defensores Públicos Federais não ultrapassam a 13.000, entre ativos, aposentados e pensionistas.

Registra-se, por fim, que com ambas as carreiras, de Policiais Federais e da Área Jurídica Federal, havia compromissos de melhoria salarial acordados desde o exercício de 2005.

**Deputada MARIA HELENA  
PSB/RR**